

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 5782, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Bico do Papagaio, com sede na cidade de Augustinópolis, no Estado do Tocantins, e dá outras providências.

Autor: Deputado EDUARDO GOMES

Relator: Deputado CARLOS
ABICALIL

I- RELATÓRIO

Pelo projeto de lei em exame, pretende seu Autor autorizar o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Bico do Papagaio, sediada na cidade de Augustinópolis, no Estado do Tocantins.

A proposição contém os dispositivos usuais, tais como os que tratam da natureza da instituição (no caso, autárquica), seus objetivos, patrimônio e recursos financeiros.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

II-VOTO DO RELATOR

A ampliação do acesso à educação superior pública de qualidade, especialmente aquela oferecida pelas instituições federais de ensino, constitui seguramente importante aspiração da sociedade brasileira, que merece ser atendida de modo progressivo e planejado.

Nesse sentido, a iniciativa do Autor da proposição em exame é meritória.

No entanto, é preciso considerar que a União implantou a primeira Universidade Federal no Estado do Tocantins, criada no ano de 2000, com suas atividades iniciadas em 2003.

Trata-se de uma instituição *multicampi*, com atuação distribuída em sete cidades, onde um de seus *campi* encontra-se na região do Bico do Papagaio, na cidade de Tocantinópolis.

É uma universidade muito jovem, com grande capacidade de ampliação, atendendo atualmente menos de 10 mil alunos. Seu perfil institucional permite expansão de seus *campi*, sua extensão e mesmo a criação de outros, inclusive na própria região do Estado que o projeto em tela pretende beneficiar.

Pelo momento, portanto, parece fazer mais sentido consolidar e ampliar a universidade já existente, antes de propor a criação de uma outra.

Entretanto, é entendimento sumulado pela Comissão de Educação, que a proposição adequada aos projetos de lei autorizativos é a Indicação ao Poder Executivo.

Além disto, outra Súmula desta Comissão (revalidada em 2005) evidencia que “em termos de mérito educacional a criação de uma escola pública deve ser decidida à luz de um Plano de Educação, de uma Política educacional ou de uma proposta pedagógica inovadora.

Por tais razões, voto pela **rejeição** e transformação deste projeto em indicação para o plano de consolidação e ampliação da Universidade Federal do Tocantins.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado CARLOS ABICALIL
Relator